

Claroscuro Nº 22 (Vol. 1) - 2023

Revista del Centro de Estudios sobre Diversidad Cultural

Facultad de Humanidades y Artes

Universidad Nacional de Rosario

Rosario – Argentina

E-mail: claroscuro.cedcu@gmail.com

Título: Ultracolonialismo, neocolonialismo e especificidades das independências da África portuguesa

Title: Ultracolonialism, Neocolonialism and Specificities of the Independences of Portuguese Africa

Autor(es): Jorgeval Andrade Borges y Vinicius Cayres Salles

Fuente: Claroscuro, Año 22, Nº 22 (Vol. 1) - Julio 2023, pp.1-28.

DOI: 10.35305/cl.vi22.123

Publicado en: <https://claroscuro.unr.edu.ar/>



Claroscuro cuenta con una licencia

Creative Commons de Atribución

No Comercial Compartir igual

ISSN 2314-0542 (en línea)

Más info:

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/deed.es>

Los autores retienen sus derechos de usar su trabajo para propósitos educacionales, públicos o privados.



Universidad
Nacional
de Rosario

Ultracolonialismo, neocolonialismo e especificidades das independências da África portuguesa

Jorgeval Andrade Borges * *Vinicius Cayres Salles*†

Resumen

El texto aborda el fenómeno de la independencia africana y la consecuente situación poscolonial a partir de la implementación de la política del neocolonialismo. Para ello, toma como objeto de análisis las experiencias del África lusófona. En este sentido, busca comprender las especificidades de las condiciones históricas del colonialismo, los movimientos de independencia y la situación neocolonial de los países de habla portuguesa en África. Por tanto, se demuestra cómo la longevidad de la presencia portuguesa en el continente africano trajo consigo una serie de situaciones que determinaron la forma en que se tramitaron las independencias. Asimismo, analiza la situación de Portugal en relación con los demás países europeos colonizadores imperialistas que permitieron a los portugueses permanecer en un contingente territorial considerable en África durante el siglo XX. Finalmente, el texto se vale de los conceptos de ultracolonialismo del historiador Perry Anderson y de neocolonialismo de Francis Kwame Nkrumah para analizar las particularidades de la experiencia colonial portuguesa en África y los fenómenos de independencia y situación poscolonial de las naciones africanas de lengua portuguesa.

Palabras clave: Historia de África; Ultracolonialismo; Independencias africanas; Descolonización; Neocolonialismo.

*Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. E-mail: jorgeval.borges@uesb.edu.br

†Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil. E-mail: vineccayres@hotmail.com

Recibido: 20/04/2023, Aceptado: 12/05/2023

Ultracolonialism, Neocolonialism and Specificities of the Independences of Portuguese Africa

Abstract

The text discusses the phenomenon of African independence and the consequent post-colonial situation from the implementation of the policy of neocolonialism. In order to do so, it takes as its object of analysis the experiences of Portuguese-speaking Africa. In this sense, it seeks to understand the specificities of the historical conditions of colonialism, independence movements and the neocolonial situation of Portuguese-speaking countries in Africa. Therefore, it is demonstrated how the longevity of the Portuguese presence on the African continent brought a series of situations which determined the way in which the independences were processed. Likewise, it analyzes the situation of Portugal in relation to the other imperialist colonizing European countries that allowed the Portuguese to remain in a considerable territorial contingent in Africa during the 20th century. Finally, the text makes use of the historian Perry Anderson's concepts of ultracolonialism and Francis Kwame Nkrumah's neocolonialism to analyze the particularities of the Portuguese colonial experience in Africa and the phenomena of independence and post-colonial situation of Portuguese-speaking African nations.

Key-words: History of Africa; Ultracolonialism; African independences; Decolonization; neocolonialismo.

1 Introito

O presente capítulo busca apresentar as especificidades das independências africanas de colonização portuguesa na África. Para tanto, remonta às particularidades do próprio processo de colonização português no continente africano, destacando tanto sua longevidade histórica como também sua situação no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista. Assim sendo, o texto foi dividido em três pontos os quais tratam do denominado ultracolonialismo português na África, as nuances das independências dos países de língua portuguesa no continente africano e, por fim, traz a discussão do neocolonialismo e sua ação na África, em especial, a situação na qual as ex-colônias portuguesas foram levadas, mesmo que tardiamente, na avalanche neocolonial.

1.1 O ultracolonialismo e algumas particularidades da presença portuguesa na África

A presença portuguesa na África remonta ao século XV a partir das grandes navegações no contexto das políticas mercantilistas. Nesse período ocorreu o estabelecimento do sistema de feitorias no qual Portugal foi pioneiro estabelecendo entrepostos portugueses na costa atlântica africana e em ilhas próximas, especialmente, São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde. Nos arquipélagos africanos a presença portuguesa teve inicialmente o objetivo abastecimento de embarcações, posteriormente se transformando em importantes produtores de cana de açúcar com o emprego de mão de obra escravizada oriunda do continente africano. Ramos (2004) argumenta que o interesse português na expansão pela costa africana se fundamentou na busca por especiarias, sendo a busca por mão de obra algo secundário. Segundo o citado autor, somente a partir do século seguinte, em contexto de colonização americana, a logística portuguesa priorizaria o comércio escravagista. Desse modo, nos séculos seguintes houve avanços e retrocessos na presença portuguesa em território africano. Portugal foi se redirecionando, cada vez mais, para sua possessão na América. Contexto no qual a África se tornou fundamental como fonte de mão de obra escravizada, tendo seu fornecimento durado, quase ininterruptamente, até a primeira metade do século XIX, mesmo após o fim da colonização portuguesa na América. Durante todo esse período o império ultramarino português manteve certo domínio de rotas marítimas e cidades portuárias litorâneas na América e na África através de um complexo de bases navais. Esse tipo de expansão realizada pelo império português foi denominado por Perry Anderson de “imperialismo de troca ou permuta”: uma forma específica de imperialismo do século XVI caracterizado pela “troca ou compra de um tipo (usualmente primário) de artigos por outro” (Anderson 1966: 19). Posteriormente, passou-se do controle da permuta para o da extração feita através da conquista do interior por meio da violência armada. Todavia, com exceção da América, o império português não concretizou uma nova fase, qual seja, da conquista territorial na África ou Ásia. Nesses territórios manteve-se como um império das especiarias e mão de obra. Nesse contexto, a tecnologia atuou como um recurso de força e não de aditamento da economia, trazendo consequências para o desenvolvimento da agricultura e indústria portuguesas, que se baseou, segundo o mencionado autor, numa economia metropolitana parasitária.

Com a perda de sua possessão na América em 1822, Portugal, enfraquecido na Ásia, retorna à África na expectativa de encontrar jazidas de metais preciosos no interior. Entretanto, quando penetra mais profundamente em território africano o resultado foi efêmero. Portugal contava em 1810 com a mesma extensão de 1600. Sua maior presença se confirmou na costa ocidental africana e em Angola. Isso foi possível em decorrência do tráfico de escravizados. Portanto, a África, para o império português, tinha interesse apenas externo de cunho comercial e não produtivo. Com o fim do tráfico de escravizados e o enfraquecimento da presença portuguesa na Ásia, ambos territórios foram negligenciados pelo Estado português.

O desenvolvimento do capitalismo a partir da segunda metade do século XIX e transição para o século XX experiencia a passagem de sua fase industrial para financeira. Nesse contexto, as nações europeias mais envolvidas nesse processo iniciam uma corrida por matérias-primas e novos mercados em torno do planeta. Precisamente, nesse momento da história a Europa expande sua presença nos continentes africano e asiático, criando um sistema colonial de novo tipo no qual a exportação de capitais desempenhará o papel central na relação com as colônias (Lênin 2010). Nesse sentido, a África foi palco de uma corrida, inicialmente para mapeá-la e posteriormente ser invadida e conquistada, resultando em sua divisão entre as principais nações capitalista europeias. Tal fato ocasionou diversas conferências e tratados entre esses países os quais culminaram na conferência de Berlin em 1884. A referida conferência estabeleceu os parâmetros para a partilha da África de maneira a evitar um conflito entre os Estados participantes. Portugal, no entanto, como destaca Anderson (1966), se insere de maneira muito particular nesse contexto. Diferente dos demais países europeus participantes da partilha os quais, devido ao alto grau de desenvolvimento industrial e acúmulo de capitais necessitavam, sobretudo, de matérias-primas e, por isso, precisavam se expandir para outros territórios, a nação lusitana concretizou sua expansão muito mais em reflexo à ação dessas nações do que propriamente por uma exigência de sua condição econômica interna.

Outro elemento que demonstra a especificidade portuguesa seria a ausência das companhias concessionárias as quais exerceram um papel central na expansão imperialista na África impulsionando o processo de conquista e precedendo a ação estatal que a consumaria. Portanto, a entrada de Portugal na partilha da África ocorreu, fundamentalmente, por uma pulsão externa, artificial. Especificamente, pela ação expansionista dos demais países europeus, em especial influenciada pela preocupação inglesa

com o avanço de franceses e belgas no continente, do que por condições internas e naturais de seu desenvolvimento. Assim sendo, as colônias portuguesas na África eram:

Sobrevivências estagnadas das feitorias quinhentistas”, estendidas para o interior. O que explica suas possessões terem se reduzido aos territórios de Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe. Esses fatores levam Anderson a denominar a colonização portuguesa em África no fim do século XIX, de “colonização reflexa” (Anderson 1966: 38).

Durante o século XX Portugal não esteve em melhores condições. Seu setor industrial era pífio e incapaz de produção em larga escala de manufaturas. O setor agrário, o qual concentrava maior parte da população, era atrasado com pouca inserção tecnológica. Além disso, a economia do país ia em sentido contrário à concepção basilar de uma economia metropolitana: de absorção de matérias-primas das colônias para reexportá-las em forma de produtos manufaturados. Ao contrário, Portugal exportava os produtos primários advindos das colônias e importava produtos secundários dos seus vizinhos europeus (Anderson 1966: 7-8). As estruturas da sociedade portuguesa refletiam a situação econômica concentrada no campo. Dominado no Sul por largos latifúndios nos quais seus ricos proprietários pouco investiam na melhoria da produção e no Norte por pequenas propriedades camponesas incapazes de incrementar a produção devido a carência de capitais. O campo, assim, padecia de altas taxas de desemprego, bem como de um déficit na produção de cereais. A população urbana, embora estivesse numa situação salarial levemente melhor, também encontrava péssimas condições de alojamento, habitando em locais impróprios para moradia. Consequentemente, devido às condições de habitação, assim como da deficiência cerealífera, a situação da saúde era precária, com Portugal tendo a mais alta taxa de mortalidade infantil da Europa (Anderson 1966). Acrescente-se a essa situação o fato de que o país se encontrava sob comando de um reduzido número de famílias que, através de poder institucional e pessoal, controlavam a economia nacional e, junto aos militares, foram as bases para manutenção do governo de Salazar.

A partir da década de 1930 Portugal encontrava-se sobre a égide do Estado Novo. Um regime com características fascistas encabeçado por Oliveira Salazar e amparado pelos militares que haviam derrubado o regime republicano instituído em 1910 (Maxwel 2006). A situação

política de Portugal e a forma específica como ocorreu sua inserção na colonização da África resultou em um tipo particular de colonialismo denominado por Anderson (1966) de ultracolonialismo, compreendido como sendo “a modalidade simultaneamente mais extrema e mais primitiva de colonialismo” (Anderson 1966: 55). Portugal, assim como as demais metrópoles colonizadoras, mantinha em seu estatuto colonial uma concepção racista sobre os povos africanos. Entretanto, com o fim da Segunda Guerra Mundial a perspectiva acerca da questão racial e da autodeterminação dos povos se modifica no discurso oficial de muitas nações. No contexto da Guerra Fria as lutas anticoloniais emergem nas décadas do pós-guerra nos continentes africano e asiático. Esse contexto cria a exigência da adoção de um conjunto de medidas para as colônias no que diz respeito aos temas do trabalho, questões raciais e mesmo de descolonização.

Com Portugal não foi diferente. Com intenção em responder às pressões internacionais sucedeu uma completa reformulação da ideologia colonial portuguesa com objetivo em dar um tom diferenciado à colonização lusitana em comparação às demais metrópoles europeias. Esse processo se inicia pela transformação das antigas colônias em províncias ultramarinas, parte indissociável da metrópole, um Portugal pluricontinental. Essa medida visava conter pressões por autodeterminação, seja interna ou externa. A partir dessa medida as possessões na África se tornaram oficialmente províncias portuguesas. Esse fato esteve na base da intransigência portuguesa ao lidar com os movimentos de libertação nacional e com as pressões da Organização das Nações Unidas (ONU) na medida em que se torna imperativo para a política salazarista não abrir mão das províncias ultramarinas. Do ponto de vista geográfico todos os territórios estavam sob o mesmo estatuto, no entanto, o mesmo não valia para seus habitantes. Existia uma clara diferenciação entre os colonos portugueses, os africanos chamados indígenas e os africanos assimilados. Isso ocorria tanto no âmbito salarial como no acesso aos espaços urbanos. Essa divisão estava, no plano jurídico, estabelecida pelo Estatuto do Indígena, considerado um aperfeiçoamento realizado por Salazar, nos anos 1930 e 1940, da legislação colonial anterior. Esse estatuto, como afirma Mondlane (2012), além de determinar muitos dos deveres dos africanos para com a metrópole, os submetendo ao trabalho obrigatório, também os diferenciava em indígenas e assimilados. Os indígenas não tinham cidadania, sendo obrigados a portar uma caderneta indígena com acesso restrito a certos horários e locais das cidades. Os assimilados, considerados pelo estatuto como não indígenas, na teoria tinham os mesmos direitos dos colonos brancos visto que conseguiram

abandonar a condição de indígena. Para tal, era necessário renunciar a cultura de seus ancestrais, adotar o português como sua única língua, saber escrever, estar empregado, provar ter rendimento suficiente para sustentar a si mesmo e sua família, ter prestado o serviço militar e possuir bom caráter. O obstáculo para obtenção dessa condição seria, como afirma Anderson (1966), a contradição que esta encerra na medida em que os níveis de desemprego e analfabetismo entre brancos eram imensos seja na colônia ou na metrópole. Isso implicou para o africano, portanto, a pressão em ter que ser mais “civilizado” do que a maioria da população branca a qual não precisava desses critérios para obter cidadania (Mondlane 2012: 199).

Mesmo após tornar-se um assimilado o africano continuaria numa posição inferior ao da população branca: recebendo salários menores, designados para trabalhos braçais e em posição social abaixo dos brancos independente de sua qualificação profissional. Além disso, eram obrigados a portar uma carteira de identidade específica comprovando sua condição de assimilado (Mondlane 2012: 200-201). O sistema de assimilação e a transformação das antigas colônias em províncias ultramarinas teve importante papel na retórica salazarista e no aparato ideológico colonial português no pós-guerra. Ambas estão inseridas numa completa reformulação das bases ideológicas do colonialismo português na qual a cultura se torna o centro da ação colonizadora. Nesse contexto a antiga análise racial foi condenada e negada. Dessa forma, Portugal se apresentou como nação pluricontinental e plurirracial. Na ponta de lança dessa reformulação estava Adriano Moreira, professor universitário e ministro do ultramar entre 1961 e 1963. Moreira realizou um esforço hercúleo para não apenas justificar a colonização lusitana e seus benefícios, como também para diferenciá-la dos demais colonialismos. Para tanto utilizou, sobretudo, as teses sobre o lusotropicalismo do brasileiro Gilberto Freyre. Segundo Moreira (2013), o anticolonialismo era uma aberração na medida em que negava os benefícios levados pelos europeus ao continente africano. No caso português assumia contornos ainda piores, pois desde a adoção do princípio da unidade houve uma união entre a nação lusitana e o ultramar. Isso tornaria todo tipo de movimento de libertação nacional algo sem sentido na medida em que não existia uma nação dominada e uma dominadora. Nas palavras de Salazar, Angola e as demais províncias na África era uma criação portuguesa, não podendo existir sem estar ligada a Portugal. Do mesmo modo não existiam angolanos, mas portugueses de Angola (Moreira 2013: 290).

A manutenção do colonialismo se colocou como fundamental para a existência e manutenção do Portugal salazarista. Recusar o colonialismo

seria o mesmo que negar a essência de Portugal: sua identidade enquanto nação, seu glorioso passado e seu destino colonial o qual lhe imputava como dever moral expandir a civilização e o cristianismo. Adriano Moreira justifica que o colonialismo lusitano era do tipo missionário, de caráter positivo, particularmente português e enraizado em sua história, cujo objetivo primordial seria espalhar a fé cristã pelo mundo. Diferente seria o colonialismo de espaço vital que buscava apenas conquista territorial e lucro. Indissociável da ética cristã essa expansão buscava “encaminhar tais povos para a liberdade contra a miséria, contra a doença e contra o medo” (Moreira 2013: 78). Do mesmo modo, pregava a igualdade entre os homens excluindo qualquer possibilidade de racismo tornando-o alheio a experiência colonial lusitana. Assim sendo, Moreira (2013) eclipsa a questão racial, colocando a cultura no centro tornando-a como justificativa ideológica da colonização. Como foi visto, para fundamentar a concepção acerca da maneira como os portugueses lidam com outros povos e culturas, Moreira (2013) esteve baseado, fundamentalmente, na obra de Gilberto Freyre. Nesse contexto, o Brasil foi considerado, no discurso salazarista, o maior produto da ação lusitana.

Freyre (2013) em sua análise sobre a formação da sociedade brasileira parte do pressuposto de um particularismo da ação portuguesa nos trópicos no qual, longe de se assemelhar-se com a de outros colonizadores, tinha uma maior capacidade em se relacionar com etnias e culturas diferentes, sem os preconceitos raciais de seus vizinhos europeus. Isso se deveria, principalmente, pelo fato de Portugal não ter uma cultura eurocêntrica, mas cristã e por isso, universal. Isso explicaria o bom convívio português com os demais povos. O Brasil, portanto, seria um novo tipo de civilização, uma “civilização lusotropical” (Freire 2013: 88-89) na qual o conflito de raças seria inexistente, predominando a mestiçagem como mais uma característica da colonização portuguesa. Isso se aproximava de uma democracia racial. As teorias de Freyre na qual a questão cultural sobrepõe a racial são frutos do contexto histórico em que foram produzidas se contrapondo à análise racial na sociologia brasileira. Contudo, para Salazar e Moreira estas se tornaram úteis para fundamentar a continuidade da presença lusitana na África, sendo parte integrante da nova ideologia colonial. Uma nação culturalmente universal capaz de se relacionar com outros povos sem o preconceito. Celebradora das uniões mistas entre portugueses e africanos não pode se assemelhar em ponto algum com as demais nações colonizadoras. Como afirma Anderson (1966), se por um lado a política de Apartheid é o regime mais abertamente racista existente naquele período,

a ideologia colonial lusitana se apresenta enquanto negação deste. Apesar de um pretense colonialismo missionário e da peculiaridade do imperialismo português este não estava vinculado, como nos explica Anderson (1966), a qualquer superioridade moral ou religiosa. Pelo contrário, a ideia de um colonialismo missionário em oposição a um colonialismo de espaço vital se configurou como uma falsificação histórica posto que ambos sempre andaram juntos com a religião servindo ideologicamente a expansão. A especificidade portuguesa se deve unicamente ao fato de ser uma nação incapaz de realizar uma expansão nos moldes imperialistas do século XIX e XX devido sua condição de país atrasado no contexto europeu.

O mesmo vale para o racismo. Os casamentos ou relacionamentos mistos, numerosos nos primeiros anos da colonização, foram frutos da situação colonial visto que devido a desigualdade sexual presente na sociedade portuguesa era costume a esposa não seguir o marido nas empreitadas coloniais, o que o levava a se relacionarem com as mulheres africanas. Havendo assim a miscigenação. Esse fenômeno era de caráter ínfimo, existindo inclusive forte preconceito quando ocorriam. Os miscigenados tinham um lugar inferior ao branco na sociedade, jamais assumindo um papel administrativo importante. Ao mesmo tempo, devido à falta de ligação com a parte da família de origem africana, acabavam por ficarem isolados, sem possibilidade de pertencer ao grupo dos colonos nem ao dos nativos. A retórica antirracista igualmente se comprovava equivocada ao se analisar como eram tratados os nativos e assimilados em analogia aos brancos. O próprio conceito de nativo referia-se apenas aos negros não assimilados, não podendo haver um branco nativo de Cabo Verde ou de Angola, por exemplo. O próprio Estatuto Indígena se constituiu como prova do racismo colonial. Mesmo após sua abolição em 1961, com todos os povos das províncias se tornando cidadãos, os antigos indígenas tinham um cartão de identidade especificando sua região de origem, o que facilitava a aplicação das velhas leis pela ação policial. Como afirma Anderson “a ideologia colonial portuguesa, como as suas equivalentes em qualquer outra parte do continente, é uma falsificação sistemática da realidade” (Anderson 1966: 78), pois a condição de dependência econômica de Portugal para com suas colônias era evidente de modo que o ultramar se tornou “a única razão de ser de um regime que, sem aquele, seria completamente estagnante” (Anderson 1966: 84).

Parte da exposição de Anderson (1966) sobre as características do ultracolonialismo português é o fenômeno que ele denomina de “condomínio encoberto”. Para demonstrar a extensão desse “condomínio encoberto” o autor utiliza dados e números sobre o período anterior à Segunda

Guerra Mundial e dos anos 1960 e 1961, antes da eclosão da guerra colonial em Angola. O “condomínio encoberto” se apresenta como contradição central do processo colonial português. Como foi visto, parte fundamental da expansão imperialista no século XIX esteve representada na exportação de capitais vinculado aos monopólios, representados nas colônias pelas companhias concessionárias. Contudo, devido ao seu nível de desenvolvimento econômico, Portugal foi incapaz de seguir nessa direção, com o nascimento das primeiras companhias concessionárias portuguesas ocorrendo somente após a colonização. Esses fatores provocaram grande presença, desde o final do século XIX, do capital estrangeiro, principalmente em Angola e Moçambique, abarcando grandes faixas da economia colonial. O Estado português concedeu “monopólios a companhias financiadas no estrangeiro, apoiadas por bancos estrangeiros e dirigidas por gerentes estrangeiros. Entregando vastas áreas da economia angolana a organizações estrangeiras” (Anderson 1966: 88). Sejam na agricultura ou na mineração bancos e companhias estrangeiras ou eram os maiores acionistas ou tinham completado o domínio sobre esta área da produção. Essas concessões funcionavam “por meio de negociações especiais e bilaterais com as autoridades portuguesas” (Anderson 1966: 94) através da criação de companhias mistas nas quais, embora houvesse menor capital português investido, predominava na direção os portugueses. Isso ocorreu pelo fato de as empresas estrangeiras terem que entregar blocos de títulos para o Estado como condição para conseguir o alvará de funcionamento e permissão. Nesse contexto, era comum, tanto nos registros metropolitanos, como nos ultramarinos, os alvarás estarem em nome de portugueses. Este era, segundo Anderson (1966), o “condomínio encoberto” no qual o governo português atuava como um bom síndico garantindo a ordem e todas as condições para a ampla lucratividade dos seus condôminos estrangeiros, numa relação satisfatória para ambos. Portugal garantia a ordem, e as corporações garantiam o capital de que o Estado necessitava. O “condomínio encoberto”, desse modo. “revela a mesma debilidade patente na existência do desemprego branco, a mesma impotência como na utilização do trabalho forçado, a mesma dependência que uma ideologia tenta ocupar em vão, a mesma paralisia como no fracasso do catolicismo” (Anderson 1966: 96).

As características expostas acima formam um fenômeno histórico e social único em sua época. Esse fenômeno foi marcado pelo anacronismo e pela opressão. Isto foi o ultracolonialismo. O próprio papel desempenhado pelo capital estrangeiro no colonialismo português foi uma prova disso, pois nenhum outro sistema colonial de seu tempo permitiria algo parecido, esta

desposseção desde dentro. No entanto, este foi o resultado lógico e final da colonização reflexa, lançando-se no processo colonial não provocado por seu desenvolvimento capitalista, mas por ideologia. Utilizando-se, sobretudo, da violência como garantia da exploração por falta de desenvolvimento tecnológico, a ação colonial portuguesa acabou por se encontrar com as próprias forças opostas que a geraram. “A aventura impossível do ultracolonialismo, essa maneira, termina com ironia e, inevitavelmente, na sua própria e exata negação” (Anderson 1966: 96).

2 Independências na África e a guerra colonial portuguesa

As lutas contra o colonialismo português na África remontam ao próprio processo de conquista e colonização. A resistência empreendida no princípio teve o objetivo em manter a soberania das sociedades que habitavam os territórios invadidos. Posteriormente ocorreram com o objetivo em atenuar as condições impostas pelo regime colonial ou de destruí-lo. Portanto, as resistências foram fenômenos permanentes desde as primeiras décadas do século XX (Isaacman 2010). Contudo, foi após a Segunda Guerra Mundial que uma onda anticolonialista varreu os continentes africano e asiático. Segundo Cornevin (1979) o fim da Segunda Guerra e o início da Guerra Fria provocou importante mudança no discurso ocidental com vistas em conter a influência das ideias socialistas e sua possível expansão no âmbito das colônias. Com essa intenção e apoio da ONU foi efetivado um conjunto de medidas aspirando direcionada à correção das condições de vida, de trabalho e contra o racismo. Tais medidas repercutirão de maneira diferente em cada uma das metrópoles, assim como resultaram em políticas diferentes para cada região ou colônia.

O termo descolonização induz a pensar que seja uma iniciativa daquele que coloniza, mas este não foi o caso. No continente africano no qual a maioria dos países conseguiram sua independência sem um conflito armado aparente houve, contudo, muita luta política através de greves e manifestações e mesmo de revoltas. As resistências africanas, independente do caráter pacífico ou não, foram duramente reprimidas pelo poder colonial. Assim, o ano de 1960 observou a maioria dos países da África obterem sua independência política. Esse fator significou uma mudança de peso na balança das relações internacionais. A ONU ganhou, em poucos anos, grande número de novos membros os quais exercerão importante papel nas votações,

do mesmo modo que exerceram pressão pela condenação do colonialismo português e da política de Apartheid na África do Sul e Rodésia.

Anos antes, no entanto, a África Negra vira Gana e Guiné-Conacri independentes. Dois países que tomaram posição dentro do continente africano contra o colonialismo e o neocolonialismo, assim como toram a defesa do panafricanismo e posição favorável no bloco denominado de terceiro-mundismo. Os vários congressos dos povos africanos ocorridos desde 1958 foram expressão da tentativa de unificação que, todavia, resultou frustrada pela crescente fragmentação política no continente. Em 1963, na Conferência de Addis Abeba, como forma de contrabalancear a divisão surgida no bojo das independências formando, em 1961, os grupos de Casablanca e Monróvia, emergirá a OUA (Organização da Unidade Africana) visando não só criar uma área de cooperação econômica e fortalecer o combate ao imperialismo, mas também com meta em intermediar os conflitos surgidos no âmbito do continente. A OUA se constituiu de suma importância para as independências na África portuguesa. Seja por seu apoio material aos movimentos de libertação nacional ou político fazendo pressão externa contra Portugal. Muito embora os embates internos entre os grupos de Monróvia e Casablanca muitas vezes paralisassem sua ação. Entender esse movimento externo às colônias portuguesas é fundamental não só por sua influência imediata na formação dos movimentos de libertação nacional, mas também para, posteriormente, observar o papel que estes atores exerceram quando a guerra colonial portuguesa se internacionalizou. As condições impostas pelo regime salazarista não permitiram uma emancipação pacífica das colônias devido à completa dependência de Portugal em relação às suas colônias africanas. Mesmo uma independência gradual com objetivo em manter laços neocoloniais era uma proposta fora de questão para Salazar, ainda que tenha sido discutida após seu afastamento não conseguiu ser aplicada. Por esse motivo para Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique a solução para obter a independência foi a expulsão dos colonialistas por meio da luta armada, com formação de exércitos de libertação nacional, iniciando a denominada guerra colonial portuguesa. Seria interessante notar que embora Portugal fosse uma nação com problemas econômicos e sofresse pressões condenatórias de vários países na ONU, ainda assim conseguiu manter-se, durante um longo período, em guerra com três de suas denominadas províncias ultramarinas. A durabilidade das guerras coloniais portuguesas, para além das capacidades lusitanas, justificou-se por duas situações. Primeiramente, por ser membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), contando assim com

a ajuda militar desta e dos países que dela faziam parte, garantindo armas e equipamentos militares para o exército lusitano. Em segundo, a derrota portuguesa em Goa. Tratou-se de um enclave português situado na Ásia, próximo ao subcontinente indiano, que em 1961 foi reivindicado e invadido pela Índia. Nessa ocasião, contrariando a ordens de Lisboa para resistir até o fim, o governador-geral e o contingente militar de Goa se renderam provocando a reação de Salazar que os acusou de traição à pátria. Este episódio estava recente na memória da população portuguesa com a recepção negativa que os soldados derrotados tiveram ao voltar para casa, dando um impulso para manter a guerra na África (Augusto 2011: 38- 39).

Seria razoável distinguir duas fases da luta pela independência nas colônias portuguesas em África. Uma fase caracterizada por lutas estritamente política e ideológica, utilizando-se dos clubes de cultura. Estes clubes, tutelados pelo Estado Colonial, conseguiram agir para além de seu controle, sendo o meio pelo qual as principais lideranças dos movimentos anticoloniais foram formadas através de contatos ainda no âmbito metropolitano. Nas colônias, essa fase foi marcada por uma ação urbana junto a sindicatos e em clubes de desportos e cultura, realizando um trabalho de politização e conscientização acerca dos problemas trazidos pelo colonialismo e da necessidade da luta pela independência. No caso cabo verdiano e são tomense também se constituíram como espaços de formação e tentativa de criação de uma consciência nacional, posto que ambos os territórios estiveram sobre domínio lusitano por mais tempo. Este foi um período no qual houve a ilusão da possibilidade de um processo de independência negociado, como nas demais nações africanas, utilizando-se de meios pacíficos como greves e manifestações como formas de luta. Esta fase se encerra com a opção pela luta armada, consequência da forte repressão sofrida pelos movimentos de libertação. Resultando, por vezes, em verdadeiros massacres.

A segunda fase foi a das guerras de libertação nacional. Desde a preparação das forças para a luta, com criação de bases no campo e em países vizinhos, até a guerra propriamente dita contra as forças lusitanas que culminarão nas independências. Representativas desta fase foram as lutas em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Cada uma com suas próprias especificidades e dificuldades no âmbito político-militar. Quanto a Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, por se tratar de ilhas, a realização de uma luta armada encontrará enormes dificuldades. Isso resultou em concentração na luta política e ideológica com centralidade da cultura. Nesse caso, tratou-se da tentativa de construção de uma identidade nacional

com prioridade na discussão sobre os problemas do colonialismo, como nos mostra tanto Hernandez (2005), como Cabral (1974). Assumiram a liderança dos processos de independência nesses dois países, respectivamente, o Partido para a Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) que atuou também na Guiné-Bissau e o Movimento para a Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Ambos partidos eram sustentados ideologicamente por uma matriz marxista.

Entre as colônias portuguesas na África, Angola foi a primeira a iniciar um processo de libertação. Sendo Angola a experiência mais específica por conter alguns elementos distintivos. Primeiramente, por sua duração, pois foi a última das colônias africanas sob domínio português a obter independência, apesar de iniciar sua luta antes das demais. Em segundo lugar, por ter simultaneamente três movimentos de libertação lutando entre si e contra as forças colonialistas pelo controle do território. Em terceiro lugar, a forma como está guerra colonial foi internacionalizada através da intervenção direta de nações estrangeiras. Por fim, pelo fato de que a independência foi seguida por uma guerra civil que se concluiu apenas em 2002. Desse modo assumiram o protagonismo na luta pela independência angolana três organizações. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), de matriz marxista, com base urbana e etnicamente amplo em sua composição. Reivindicava-se como o mais antigo dos movimentos de libertação, surgido em 1956 através da união de organizações menores. A propósito, existe um amplo debate colocando em questão a data de seu surgimento e como reivindicar ser o mais antigo seria um procedimento para conseguir legitimidade e apoio internacional. Por se tratar de um longo debate, ainda inconcluso, não pretendemos abordá-lo, mas sua exposição encontra-se em Bittencourt (1997). Segundo Visentini (2012), o MPLA era o mais bem organizado e estruturado dos movimentos angolanos. Isso se devia por seu contato com a União Soviética e Cuba, como também por sua aliança com os movimentos de libertação nacional de outras colônias como o PAIGC e a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO). Essa aliança formou a Frente Revolucionária Africana para Independência Nacional (FRAN). O MPLA foi, do ponto de vista interno, a mais instável das organizações angolanas, havendo constantes conflitos entre dirigentes e dissidências, trazendo consequências a respeito de sua hegemonia política no decorrer da guerra civil.

A Frente de Libertação Nacional de Angola (FLNA) foi criada em 1962 a partir da junção entre a União Popular de Angola (UPA) e o Partido Democrático de Angola (PDA) Essa organização tinha como principal base

de apoio a população Bakongo do norte de Angola. Região onde concentrava sua atuação militar, aproveitando-se do território zaireense como retaguarda tanto devido à proximidade étnica como da existência de emigrantes angolanos na região. Segundo Hernandez (2005), origina-se de uma série de organizações de operárias de raiz Bakongo os quais almejavam a autonomia do próprio território, somente ganhando uma perspectiva nacional a partir da formação da UPA e posteriormente da FLNA. Diferente do MPLA, não tinha uma ideologia definida, centrando-se na figura de seu líder, Holden Roberto, o qual deu um tom mais nacionalista à organização. Era, contudo, uma organização marcadamente anticomunista. Essa característica provocou, em diferentes momentos, uma proximidade com os Estados Unidos da América. A partir de contatos internacionais com outros países africanos, a FLNA conseguirá criar em 1962 o Governo da República de Angola no Exílio (GRAE) que foi reconhecido pela OUA.

A União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) foi criada em 1966 por Jonas Savimbi, antigo membro da FLNA. Das organizações angolanas foi a que exerceu papel de menor vulto na guerra de libertação nacional, sendo militarmente frágil. Tinha o apoio das populações do sul de Angola, especialmente, Ovibumbus, Ngangualas e Tchokwe. Suas bases situavam-se na Zâmbia. Ideologicamente afirmava-se de matriz maoísta, mudando de posição de acordo com seus apoiadores internacionais.

Um dos marcos para o início da guerra de libertação nacional foram os ataques realizados em fevereiro de 1961 em Luanda por moradores das favelas contra as prisões visando libertar os presos políticos de 1959 e 1960. Apesar de falhar em seu objetivo, esse episódio permitiu ao MPLA se apresentar publicamente ao assumir autoria da ação. No mesmo ano a UPA inicia suas movimentações no norte de Angola com ataques a fazendas e povoados, causando pânico e forçando portugueses a fugirem em direção a Luanda. Ambas as ações foram seguidas de uma pesada resposta de Lisboa através de envio de tropas, efetivando uma ofensiva que embora não conseguisse liquidar as duas organizações angolanas as fizeram recuar. A UPA se refugiou no Congo Leopoldville, onde reorganizou-se formando a FLNA. O MPLA recuou para floresta ao norte de Luanda. Os anos seguintes foram marcados pelos avanços e retrocessos na luta. Destacando-se a ascensão de Agostinho Neto à liderança do MPLA e a expansão do movimento para outras regiões de Angola, conquistando reconhecimento da OUA e recebendo apoio de países vizinhos e da Europa Oriental, rivalizando fortemente com a FNLA (Silva, 2016: 160-162). Foi nesse período que a Unita se constituiu como organização, entrando no conflito. Entretanto, ficou como uma organização

isolada na região centro-leste do país, cercado tanto pelos portugueses como pelas organizações rivais. Essa situação levou a Unita a fazer um acordo para fornecer informações sobre as organizações rivais para as forças coloniais (Visentini 2012: 53).

Nos anos de 1970, no entanto, houve um enfraquecimento do MPLA devido às divisões internas. Essa situação se estendeu até 1974 quando os dissidentes foram expulsos da organização. Em 25 de abril de 1974 o Movimento das Forças Armadas (MFA) depôs Marcelo Caetano pondo fim ao Estado Novo, iniciando uma nova fase da história política portuguesa. O governo que emergiu da Revolução dos Cravos reconheceu o direito a independência de suas colônias e convidou FLNA, MPLA e UNITA para formarem, junto a Portugal, um governo de transição. A partir do Acordo de Alvor foi formado em 1975 um governo provisório de coalizção com representantes dos três partidos o qual, contudo, não resistiu aos conflitos entre as organizações. Assim sendo, o ano de 1975 em Angola foi marcado pela corrida entre as três organizações políticas buscando uma posição favorável dentro do território até a data estabelecida para a independência, marcada para o dia 11 de novembro do mesmo ano.

É nesse contexto que em fevereiro de 1975 irrompeu uma nova fase da guerra. Primeiramente no âmbito interno do MPLA, entre grupos rivais. Em seguida, a FLNA, que havia recebido armamentos e instrutores militares da China um ano antes, agora se encontrava apoiada pelos Estados Unidos. A FLNA invade o norte de Angola com apoio de tropas zairenses com objetivo de conquistar Luanda, base de apoio do MPLA. Ao mesmo tempo em que a Unita, apoiada por colonos portugueses, lança um ataque ao sul do país. Ainda no mesmo ano o exército sul africano cruza a fronteira com a Namíbia e iniciam uma ofensiva também em direção à capital angolana.

Fundamental para o MPLA nesse momento foi a ajuda fornecida pela União Soviética e Cuba. Este último país enviou tropas para Angola, ajudando a conter as ofensivas da Unita em conjunto com a África do Sul, sedimentando a posição conquistada pelo MPLA em Luanda e garantindo sua presença na capital na data da independência. Desse modo, em 11 de novembro de 1975 Angola conquistou sua independência, proclamando o nascimento da República Popular de Angola, com as últimas tropas e autoridades portuguesas se retirando do país. No mesmo dia em Huambo, a Unita e FLNA proclamaram a República Democrática de Angola. O governo formado pelo MPLA acabou sendo legitimado pela OUA e as outras nações fora da África. No entanto, o MPLA enfrentou enorme dificuldades de governabilidade, seja por conta da guerra civil como também pela massiva

fuga da população branca a qual levou consigo os bens móveis, privando o país de técnicos, além de sabotar o maquinário existente. Essa situação, tornou ainda mais desafiadora a tarefa em construir uma nação independente de fato.

O caso guineense igualmente contém suas especificidades. Abarcando em seu território a luta pela independência de Cabo Verde e da própria Guiné-Bissau onde o PAIGC centrou suas atividades militares e grande parte das atividades políticas. Essa experiência poderia ser considerada, entre as colônias portuguesas na África, a mais bem sucedida (Precioso 2016). Isso se justificaria tendo em conta que foi a primeira a proclamar sua independência e a única a fazê-lo unilateralmente, com reconhecimento internacional da ONU e com um controle territorial significativo. Foi também o território onde Portugal sofreu algumas de suas maiores derrotas, assim como daí partiu grande contingente dos capitães que em 1974 depuseram a ditadura de cunho salazarista.

A fagulha para o início da luta armada na Guiné foi a dura repressão impetrada contra grevistas em manifestação no porto de Pidjiguiti. A partir desse momento houve uma mudança na mentalidade do PAIGC e do seu líder, Amílcar Cabral, os quais abandonaram a perspectiva da luta pacífica e iniciaram os preparativos para a guerra de libertação nacional. Assim sendo, o partido buscou apoio no interior, junto às populações do campo, enviando militantes para mobilizá-los ao mesmo tempo em que começava a estabelecer relações internacionais. Essas ligações se davam em conjunto com os demais movimentos de libertação da África Portuguesa através da FRAIN e da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas (CONCP). com os demais países da África. Esse processo era intermediado pela OUA envolvendo igualmente países socialistas como China, Cuba e União Soviética. Muitas vezes também ocorreu no âmbito da ONU. Nesse contexto, em 1960 o partido estabeleceu sua retaguarda na Guiné-Conackri de Sekou Touré onde se criou uma escola política para seus militantes. Nesse país se estabeleceu a sede do partido, bem como obteve a garantia de um porto para a chegada do apoio material vindo de nações socialistas e africanas. Em 1962 iniciaram-se ações de sabotagem, gerando forte repressão por parte das forças coloniais. Em janeiro de 1963 o PAIGC impetrou uma ofensiva de fato contra as tropas portuguesas. Devido ao rápido avanço da luta, em 1964 o partido realizou o Congresso de Cassacá, no qual discutiu, além de questões disciplinares, a criação de forças regulares junto à milícia e aos guerrilheiros, bem como a elaboração do programa do partido. Segundo Hernandez (2005), no referido congresso

estabeleceu-se como metas: a independência e o fim do domínio colonial, a construção de um Estado republicano, democrático, civil e anti-imperialista, uma economia centralmente planejada com função social. O PAIGC atuaria como definidor da política do Estado (Hernandez 2005: 547).

O movimento de libertação nacional em Guiné-Bissau conseguiu abranger grande parte do território guineense, permitindo a abertura de novas frentes de batalha. Do mesmo modo, houve o estabelecimento de uma administração das áreas libertadas através da criação de setores de educação, saúde, aparatos militares e de segurança, além de novos meios de comunicação. Ao mesmo tempo em que a luta ocorre e se avança no território guineense constrói-se uma base do partido também em Cabo Verde com o intuito de iniciar um movimento armado no arquipélago a qual não se concretizará. Portugal, por outro lado, se viu em dificuldades, seja por conta das constantes derrotas sofridas diante do avanço dos guerrilheiros na Guiné ou por estar envolvido militarmente em três de suas colônias. Isso acarretou, sobretudo, enormes gastos para manter seu exército em ação, o que acarretava enormes problemas internos na metrópole. Ademais, devido a atuação dos movimentos de libertação em nível internacional, a nação de Salazar encontrava-se cada vez mais isolada, sofrendo com sanções econômicas e com exigências da ONU pelo fim da guerra colonial. Desse modo, em 1973 com a reunião da Assembleia Nacional Popular a Guiné-Bissau proclamou unilateralmente sua independência. Essa proclamação foi reconhecida por diversos países, o que tornou Portugal um invasor, prejudicando ainda mais sua imagem internacional. Amílcar Cabral, contudo, não participou desse processo, pois foi assassinado no mesmo ano, na Guiné Conakri. Esse fato constituiu, apesar da continuidade do movimento, uma grande perda para a construção da nação unitária de Guiné-Bissau e Cabo Verde. Com a Revolução dos Cravos em 1974 Portugal reconheceu a independência da Guiné governado por um regime de partido único, tendo como presidente Luís de Almeida Cabral. Em 1975 o PAIGC passou a reger a vida política também de Cabo Verde. Essa situação permaneceu até a década de 1980 quando ocorreu um rompimento político por conta da insatisfação dos guineenses diante do predomínio de cabo-verdianos nos quadros dirigentes do partido. Isso colocou fim ao desejo de Amílcar Cabral em construir uma nação unificada.

Como no caso de Angola, em Moçambique houve também uma grande penetração de capital estrangeiro com a construção de estradas, portos e hidrelétrica que serviam a toda África Austral. Existia a serviço da Rodésia e África do Sul a modalidade de trabalho emigrante, como definido por

Anderson (1966), com o envio sistemático de moçambicanos para plantações rodesianas e minas sul-africanas a preços baixíssimos de mão de obra, garantindo maior lucratividade para estes países. Além disso, havia o cultivo forçado de algodão que provia, a preços abaixo do mercado, a matéria prima necessária para a indústria têxtil portuguesa. Além disso, houve uma expropriação das terras africanas para o estabelecimento de colônias agrícolas portuguesas. Como consequência, insurreições no campo ocorreram em grande número até pelo menos os anos 1932. Em sua maioria contra impostos, a opressão colonial e a exportação de trabalhadores para fora do território moçambicano. Outra forma de resistência ocorreu entre os povos que habitavam as fronteiras que as atravessavam para fugir do domínio colonial português, sendo o embrião dos futuros movimentos que formariam a Frelimo. Nesse contexto a religião exerceu importante papel na criação de uma consciência nacional. Em especial a Missão Suíça de onde saíram importantes quadros do movimento de libertação nacional posto que a educação oferecida era de melhor qualidade e costumava fomentar a crítica à realidade vivida pelos moçambicanos (Hernandez 2005: 604). Dois novos fatores entraram em cena. O estabelecimento do regime de Apartheid na África do Sul criando um sentimento de ódio aos brancos e de oposição à administração portuguesa entre os moçambicanos. As independências no continente africano a partir de 1956, motivando ações que visavam uma ruptura com o regime colonial e a criação de movimentos para concretizá-la.

O estopim para a criação destes movimentos foi a violenta repressão desencadeada pelas forças coloniais em 1960 contra os trabalhadores grevistas em Lourenço Marques (atual Maputo) e Mueda. Isso levou à criação de diversos movimentos moçambicanos na Rodésia do Sul, na Tanganica (atual Tanzânia) e na Niassalândia. Todos formados por membros das elites urbanas e trabalhadores emigrados, com os dois últimos tendo forte base entre a população Maconde na região de Cabo Delgado. Embora tivessem diferenças político ideológicas acabaram por se unificar devido a certa pressão de Julius Nyerere de Tanganica onde estavam situadas suas bases. Esse processo permitiu a criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em 1962, tendo como presidente Eduardo Chivambo Mondlane. Inicialmente travou-se um debate no seio da Frelimo entre uma via pacífica e a luta armada, sendo a segunda foi vitoriosa (Machel 2020: 57-58). Desse modo, entre 1962 e 1964 os militantes da Frelimo se prepararam para iniciar o movimento guerrilheiro, contando com apoio de membros do Grupo de Casablanca como Argélia, Marrocos e Tunísia. Este grupo de países fornecia armamentos, bem como treinamento aos

militantes da Frelimo. Além disso, manteve contato com os movimentos de libertação nacional das outras colônias portuguesas. Em 1964 a Frelimo lançou uma ofensiva a partir de suas bases em Tanganica nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Zambézia e Moçambique, iniciando a luta armada. Em minoria, utilizaram-se da guerra de guerrilha e adotaram a concepção maoísta de guerra prolongada na qual a conquista do território vem acompanhada de uma sólida formação política e de consciência entre as populações do campo de forma a aumentar suas forças.

O processo da gestão dos territórios libertados, no entanto, não ocorreu sem novas rupturas. Dessa vez entre um grupo radical e outro moderado, entre uma linha revolucionária e uma linha conservadora. A primeira visava criação de uma administração popular com a coletivização das terras. A segunda almejava uma africanização da administração colonial sem tocar nas bases econômicas, com uma gestão privada das terras (Machel 2020: 60-61). Após longo e violento embate político dentro da Frelimo, ocorrido entre os anos de 1967 e 1969, a linha revolucionária acabou prevalecendo, findando as dissidências e conquistando uma nova unidade. Desse conflito emergiu, após o assassinato de Eduardo Mondlane em fevereiro de 1969, Samora Machel, que foi responsável pela reorganização da Frelimo e pela consolidação da linha revolucionária em seu interior. Com a reestruturação, a Frelimo ameaçou ainda mais Portugal. Em reação, Portugal utilizou a estratégia da construção de aldeamentos objetivando separar a população rural dos guerrilheiros, além de fortalecer sua aliança com lideranças tradicionais, principalmente aquelas que perderam seu poder com o estabelecimento dos territórios libertados.

A instabilidade na metrópole causada pela Revolução dos Cravos abriu espaço para a Frelimo avançar sobre as cidades costeiras tentando conquistar uma posição vantajosa na mesa de negociações com os portugueses que atenderam as demandas da Frelimo no acordo de Lukasa, em 7 de setembro de 1974. Nesse contexto, foi estabelecido um governo transitório até a data da independência em 25 de junho de 1975, quando Samora Machel assume a presidência de Moçambique. O período de transição, entretanto, será extremamente conflituoso, pois a Frelimo não tinha presença consolidada em todo o território, contando com opositores entre alguns povos, a exemplo dos Makua no Norte. Do mesmo modo, a África do Sul, preocupada com os rumos que o novo país tomaria, financiou grupos armados entre a população branca com objetivo de frear a independência. Esses fatores, embora não impedissem o processo de independência, foram indicativos de alguns dos problemas que afetaram a Moçambique independente. No caso da população

branca houve uma fuga massiva desta, privando a nação de grande parte de sua mão de obra qualificada. Quanto às diferenças étnico regionais, estas foram utilizadas pela Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), surgida no pós-independência, formada por exilados moçambicanos opositores à Frelimo e financiados pela Rodésia e África do Sul com apoio das lideranças tradicionais descontentes com a política do partido de Samora Machel. A parti daí se inicia uma longa e desgastante guerra civil que se estendeu até meados de 1992.

3 As independências africanas em face do neocolonialismo

As independências das nações africanas propiciaram um recuo do antigo modelo de colonialismo, assim como alteraram a balança da política internacional durante a segunda metade do século XX. Todavia, as independências africanas não significaram o fim do domínio estrangeiro na África, mas sua transformação com o colonialismo dando espaço a outro instrumento de dominação do capital: o neocolonialismo. Longe de ser uma novidade, o neocolonialismo foi historicamente a forma de dominação em situação pós-colonial. O fundamento da prática neocolonial seria a existência de Estados nominalmente independentes, mas com sistema econômico e político dirigidos a partir do exterior. Essa dominação externa tanto poderia ser exercida pela antiga metrópole como também por outra potência econômica dominante, ou mesmo, por um conjunto de corporações. A diferença do neocolonialismo contemporâneo para as práticas neocoloniais anteriores seria a impossibilidade de a nação regredir a uma situação colonial. Por isso, o neocolonialismo contemporâneo na África permite maior nível de exploração das antigas colônias, sem a necessidade de um discurso justificativo ou mesmo de responsabilidades diante do povo dominado. Sua base estaria na balcanização da África com a transformação dos antigos territórios coloniais em vários pequenos Estados incapazes de se desenvolverem autonomamente. Isso os torna dependentes da ajuda externa que se tornou a forma para sujeição econômica aos interesses das antigas metrópoles. Essa situação aumentou, ainda mais, a distância entre nações ricas e pobres.

O fenômeno da ajuda externa, supostamente para contribuir no desenvolvimento das nações africanas, vem sendo a forma de mantê-las como produtoras de matérias primas para o denominado primeiro mundo.

Como tal, apresenta-se através de mecanismos tais como empréstimos, inclusão nas zonas monetárias da metrópole e garantia de fatias de mercado para matérias primas. Isso permitiu às antigas metrópoles controlar fatias da economia e das finanças de países africanos independentes de modo a mantê-los economicamente dependente, resultando, sobretudo, em impedimento para seu crescimento (Nkrumah 2020: 260). A denominada ajuda externa, por vezes, também adveio de órgãos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Esses órgãos internacionais exigem condições determinadas para o fornecimento de ajuda as quais comprometem a soberania das nações africanas, seja através do compartilhamento de informações sobre a economia ou se submetendo a orientação destes organismos com adoção de reformas econômicas. Por trás deste processo encontra-se “as engrenagens reais do neocolonialismo” (Nkrumah, 2020: 90). Esse processo é protagonizado pelo império do capital financeiro, como afirma Nkrumah (2020), formado por um emaranhado de grandes monopólios imperialistas interconectados, que se estendem por todo o planeta, controlando as mais diversas atividades econômicas, monopolizando as matérias primas africanas, bem como se infiltrando nas novas empresas criadas pelos novos Estados africanos, de modo a garantir sua hegemonia.

Essa situação ocorreu no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria na qual os Estados Unidos da América despontam como potência assumindo o lugar das nações do velho continente. Nesse contexto, o capital estadunidense penetrou com força tanto nas antigas metrópoles europeias como também nas antigas colônias africanas. Do mesmo modo, era necessário não só impedir o avanço das ideias socialistas na África como garantir a disponibilidade das matérias primas africanas, fundamentais para as indústrias estadunidenses, em especial, a armamentista. Assim sendo, o neocolonialismo se constituiu a ferramenta para uma lógica de continuísmo da dominação colonial, de forma indireta, através do controle da economia e da política das antigas colônias africanas. Esse papel foi realizado pelos consórcios monopolistas os quais possuíam poder sobre as finanças e extração de materiais primários das nações recém-independentes no continente africano. Entretanto, “os métodos do neocolonialismo são sutis e variados” (Nkrumah 2020: 279). No campo militar sua ação ocorreu com o estabelecimento de bases militares no solo das nações africanas através de treinamento do exército. Atuou igualmente através de golpes e assassinatos de lideranças africanas que ameaçaram interesses dos monopólios e das nações do denominado primeiro mundo. No

campo cultural, o neocolonialismo contemporâneo atuou, especialmente, através do cinema fundamentando quem seriam os heróis (brancos) e os vilões (indígenas e africanos), construindo um imaginário justificador da dominação estrangeira. Cabe salientar igualmente o papel da religião nesse fenômeno cuja penetração ganhou novo ímpeto após os movimentos de libertação nacional. Outrossim, a estratégia neocolonial se utilizou, sobremaneira, dos órgãos de inteligência com a coleta de informações e cooptação de jovens lideranças, assim como do financiamento de publicações e de figuras atuantes da vida nacional de modo a combater o avanço das ideias socialistas e terceiro mundistas.

Assim sendo, o termo descolonização aparece como “uma palavra insincera e frequentemente usada pelos porta-vozes imperialistas para descrever a transferência de controle político, da soberania colonialista para a africana” (Nkrumah 2020: 85), não significando uma independência real da antiga metrópole, mas a manutenção da colonização remodelada. Nkrumah ainda deixa claro que “todas as antigas colônias, que agora se tornaram independentes, estão sujeitas a um certo grau de pressões neocolonialistas às quais, por mais que queiram resistir, não podem inteiramente escapar, por mais que lutem” (Nkrumah 2020: 74), com a diferença se estabelecendo entre os Estados que aceitam e aqueles os quais resistem ao neocolonialismo. Os países integrantes do bloco dos não alinhados se constituíram como exemplos nesse quesito, com a questão girando em torno da liberdade relativa que essas nações possuíam em negociar para além dos monopólios. Para tanto, criaram mecanismos garantidores de alguma soberania, estabelecendo controle sobre a produção, construindo bancos nacionais, evitando assim ficar totalmente à mercê do capital financeiro internacional.

Quando a obra *Neocolonialismo Último Estágio do Imperialismo*, de Kwame Nkhuma foi publicada em 1965 a luta de libertação nacional na África lusitana ainda estava inconclusa. Por isso, a análise desse político e pensador africano teve uma importância específica quando se pensa o sistema colonial português. Desse modo, o caso de Portugal colonial já era de um Estado neocolonial atuando de acordo com os interesses das nações mais desenvolvidas do capitalismo. Nesse particular, é expressivo o exemplo da existência do denominado condomínio encoberto com a penetração do capital estrangeiro nas colônias portuguesas, bem como de sua utilidade para as nações fronteiriças, em especial, África do Sul. Interessante observar que em 1975, após anos de conflito armado, a África de colonização portuguesa conseguiu romper com o colonialismo. Isso significou o fim do mais antigo e último dos impérios coloniais na África, assim como a queda do

regime fascista português. Como vimos anteriormente, diferente da maior parte das nações africanas que conseguiram uma independência negociada, muitas vezes planejada pela própria metrópole, no caso das ex-colônias portuguesas as independências, por terem resultado de um longo e violento processo, gerou uma ruptura profunda com a metrópole (Visentini 2012: 31). A postura que essas nações africanas tomaram foi a de resistência ao neocolonialismo. Nesse contexto, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe adotaram sistemas socializantes e estatizantes, com nacionalização da economia e ampliação dos serviços básicos tais como saúde e educação. No caso de Angola e Moçambique consideramos, a partir da análise de Visentini (2012), que ambas fazem parte de um ciclo revolucionário socialista de orientação marxista, sendo decorrente dos movimentos de descolonização e nacionalistas do denominado terceiro mundo (Visentini 2012: 28) como a revolução cubana e vietnamita.

O socialismo aqui é entendido a partir das experiências concretas do século XX e dos regimes que engendraram. Nesses regimes estava presente o partido único ou hegemônico que possuía o controle sobre o aparelho estatal e o processo daquilo que se considerava como transição socialista. A economia seria planejada e centralizada com propriedade coletiva dos meios de produção, assim como a estatização dos bancos e do comércio externo. Por fim, com a universalização de políticas sociais e o esforço para uma gradual diminuição das desigualdades sociais (Visentini 2012: 28-29). No caso de Angola, seu desenvolvimento, no entanto, se viu prejudicado por conta de sua importância regional e riqueza em recursos. Nesse caso, como foi visto, a independência coincidiu com a guerra civil e a internacionalização do conflito, com envolvimento direto de Cuba, África do Sul e Zaire e indireto dos Estados Unidos e União Soviética. No caso moçambicano, o estabelecimento de um governo africano se implementou como desafio aos regimes segregacionistas na África Austral. Nesse contexto, seu apoio a grupos guerrilheiros da Rodésia e da África do Sul levaram estas a apoiarem os grupos opositores ao governo de Moçambique os quais formariam a Renamo, iniciando também um processo de guerra civil.

Nesse quadro histórico cabe mencionar também o fato de que existia também, como herança da colonização portuguesa, enorme dependência do mercado internacional. Esse fato, implicou que Angola e Moçambique necessitassem do comércio exterior com os países do Ocidente os quais, por vezes, apoiavam inimigos internos dos governos africanos acarretando em boicotes prejudiciais para a economia. Como consequência disso, adveio imensas dificuldades na construção do modelo socialista implementado. A

longa guerra civil africana nesses países acarretou inúmeros prejuízos para a construção de uma transição socialista. Seja do ponto de vista econômico, social ou político. Com a materialização desse processo ocorrendo por meio de “mecanismos autoritários e repressivos, mas com políticas de caráter paternalista” (Visentini 2012: 29). No entanto, em meio a todos os desafios políticos, econômicos e sociais as nações africanas de fala portuguesa conseguiram manter uma certa postura de enfrentamento ao neocolonialismo. Para tanto, buscaram construir uma alternativa ao capitalismo de matriz liberal. Contudo, a dissolução da União Soviética e o início do ciclo de globalização neoliberal, bem como o enfraquecimento do bloco terceiro-mundista forçaram as nações africanas de colonização portuguesa a conciliarem com antigos adversários, assim como abrir as portas para a imersão do capital financeiro. Abandonou-se assim a construção de um modelo africano de socialismo sucumbindo, de alguma forma, às forças neocoloniais.

4 Considerações finais

As particularidades da colonização portuguesa na África conduziram às especificidades dos movimentos de independências africanas em suas colônias. Portugal foi a primeira nação europeia a pisar em solo africano, desde a época Moderna, como também a última a sair de seu solo. A manutenção da presença portuguesa na África contemporânea somente se justificou tendo em conta as acirradas divergências e concorrência entre os demais colonizadores europeus. Por isso, a colonização portuguesa na África não obedeceu às condicionantes gerais do colonialismo na África advindas da condição imperialistas clássica.

Desse modo, as independências africanas, salvo exceções, foram as mais tardias e violentas. Paradoxalmente, esse processo gerou as opções mais contundentes e contraditórios de modelos socialistas na África implementados nos Estados nacionais africanos. Nesse contexto, os países de fala portuguesa na África buscaram alternativas às políticas neocoloniais no sentido mais imediato, se constituindo exemplos de radicalismos políticos e econômicos da experiência socialista e popular no denominado terceiro mundo. No entanto, aquilo que parecia diferenciar as ex-colônias portuguesas na África, acabou por resultar em um processo recente de adesão ao neocolonialismo. O diferente, no final, se igualou aos demais. Por isso, ser instigante e se constitui um excelente desafio o estudo e investigação

das condicionantes das independências africanas das colônias portuguesas na África.

Bibliografia

ANDERSON, Perry (1966) *Portugal e o fim do ultracolonialismo*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

AUGUSTO, Cláudio de Farias (2011) *A Revolução Portuguesa*. São Paulo: Editora Unesp.

BITTENCOURT, Marcelo (1997) "A criação do MPLA", *Estudos afro-asiáticos* 32: 185-208.

BRUIT, Héctor H. (1987) *O Imperialismo. Campinas*. Campinas: Editora Unicamp.

CABRAL, Amílcar (2021 [1974]) "Em direção a vitória final", Disponível em: <https://www.novacultura.info/post/2021/01/04/cabralemdirecaoavitoriafinal?fbclid=IwAR3Wws1n62snjNtUMoqbuoswa0Z1zM3DTpL9rHFddy7TXyZT3vb5aQN34>. (Acessado em 12/01/2021).

CORNEVIN, Marianne (1979) *História da África contemporânea: da segunda guerra mundial aos nossos dias*. Lisboa: Edições Sociais.

CÂNEDO, Leticia Bicalho (2009) *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Editora Atual.

COUTINHO, Ângela Benoiel (2016) *A importância da experiência migratória nas trajetórias dos dirigentes cabo-verdianos do P.A.I.G.C. (1956-1980)*. Diáspora Cabo-Verdiana: Temas em Debate. editor / Iolanda Évora. Évora: CEsa/ISEG, pp. 73-87.

COUTINHO, Ângela Benoiel (2010) "Da luta de libertação nacional ao governo da República de Cabo Verde: a trajetória dos membros do governo de 1975 a 1991", en: *CIEA7- 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*. Lisboa.

DELGADO NEVES, Danielson J. et al (2017) "Aspectos Gerais do Clima de Cabo Verde", *Ambiência Guarapuava* 13 (1): 59- 73.

FREYRE, Gilberto (2013) *Apud Villen, P. Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo*. São Paulo: Editora Expressão.

HERNANDEZ, Leila L. (2005) *A África na sala de aula: visita a história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro.

ISAACMAN, Allen e VANSINA, Jan (2010) “Iniciativas e resistências africanas na África central, 1880- 1914”, en: Boahen, A. *História geral da África, Volume VII: África sob dominação colonial*. Brasília: UNESCO.

LINHARES, Maria Yeda (1981) *A luta contra a metrópole (Ásia e África)*. São Paulo: Editora Brasiliense.

LÊNIN, Vladimir (2010 [1917]) *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Editora Centauro.

MACHEL, Samora (2020) *O processo da revolução democrática popular em Moçambique*. São Paulo: Edições Nova Cultura.

MANOEL, Jones y LANDI, Gabriel (Orgs.) (2019) *Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista*. São Paulo: Autonomia Literária.

MAXWELL, Kennet (2006) *O Império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras.

MONDLANE, Eduardo (2012) *Apud Visentini, P. As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Editora.

MOREIRA, Adriano (2013) *Apud Villen, P. Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo*. São Paulo: Editora Expressão Popular.

NKRUMAH, Kwame (2020) *Escritos*. São Paulo: Editora Ciências Revolucionárias.

PRECIOSO, Daniel (2017) “O último discurso de Amílcar Cabral: um projeto de Estado binacional para Guiné-Bissau e Cabo Verde (1973)”, *Temporalidades Edição 24/9 (2)*: 348- 365.

RAMOS, Fabio (2004) *No tempo das especiarias: o império da pimenta e do açúcar*. São Paulo: Contexto.

SILVA, Agostinho (2014) *Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975)*. Tese (Doutoramento em Ciência Política), Universidade de Humanidades e Tecnologias, Lisboa.

SILVA, Zoraide Portela (2016) “Guerra Colonial e Independência de Angola: o fim da guerra não é o fim da guerra”, *Revista Transversos* 7:154-184. DOI: <https://doi.org/10.12957/transversos.2016.25600>.

VILLEN, Patrícia (2013) *Amílcar Cabral e a Crítica ao Colonialismo*. São Paulo: Editora Expressão Popular.

VISENTINI, Paul (2012) *As revoluções africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. São Paulo: Editora Unesp.